

TESE DA DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO  
DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO SU-  
PERIOR TECNICO:

-- 2º TEMA --

REFORMA GERAL E DEMOCRATICA DO ENSINO,  
PROGRAMA DE ACÇÃO DOS ESTUDANTES

Melhor do que em qualquer outro é no campo do ensino que se denuncia o obscurantismo cultural característico do que foi a combinação ideológica do fascismo sobre o povo português. Ora, apesar da importância das transformações já realizadas no país, é ainda o mesmo ensino que continua a existir nos seus traços gerais. E não é com ele que se consegue construir a democracia em Portugal. Há que criar para isso um sistema de ensino democrático inteiramente novo.

Sem dúvida as possibilidades dessa construção ao realizar, que eram já grandes pela destruição do fascismo, aumentaram com o reforço das forças democráticas que se vem verificando. Existem assim condições para que se inicie e concretizem objectivos fundamentais na construção dum novo sistema de ensino com a aplicação duma Reforma Geral e Democrática do Ensino. Geral porque transformará o ensino em todos os graus e em todos os locais onde a educação do povo tenha lugar. Democrática porque facultará o acesso ao ensino de mais largas camadas da população assim como virá a fornecer a educação necessária à sua participação mais consciente e eficaz na construção económica e cultural, na defesa política intransigente do novo país democrático com a consequente melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e do povo em geral.

As primeiras medidas tendentes à realização desta reforma foram já tomadas graças à iniciativa das massas estudantis e de largos sectores de docentes, e, encontram-se algumas delas já apoiadas por actuações e declarações do actual Ministro de Educação e Cultura.

Entretanto há ainda limitações e alguns podem procurar impôr a todo este esforço de democratização do ensino. Dificuldades que podem ser ultrapassadas, mas que se devem denunciar.

Uma vez assegurada a educação democrática dos artistas e técnicos portugueses, a todos aqueles que entram na universidade e a todos os que nela queiram entrar, há que assegurar que realmente o seu trabalho vai ser útil à vida do nosso povo. Há que assegurar que essa grande massa de diplomados não vai conhecer o desemprego, e que, pelo contrário se vai empregar nos lugares mais necessários ao desenvolvimento económico do país, à liberdade e ao progresso social da população.

Justamente, as necessidades neste campo no nosso país são grandes e é um factor positivo que haja entre a juventude o grande desejo de frequentar o ensino superior.

Mas todo o trabalho terá pouca utilidade se a economia nacional continuar indefinidamente, como até aqui, controlada pelos monopólios e pelo imperialismo. Estes durante o fascismo sempre tiveram todas as facilidades políticas para os seus negócios, sujeitando o ensino aos seus interesses e mantendo um controlo directo sobre o mercado de trabalho dos quadros saí-

dos da Universidade, tendo em conta as suas necessidades e interesses.

Na nova situação política tentam manobrar e provocar a sabotagem económica criando o desemprego a todos os níveis. Assim para não permitir o sub-aproveitamento ou mesmo o desaproveitamento completo dos resultados concretos da reforma do ensino de engenharia e do ensino em geral, a actual situação económica deve mudar, e de imediato há que tomar medidas de controlo de actividade anti-democrática dos monopólios, condição imprescindível para que a reforma seja profunda e haja estímulo para a sua própria concretização. Além disso o trabalho intelectual e manual dos novos cientistas e técnicos portugueses deve dirigir-se para os sectores onde ele é mais necessário à satisfação dos interesses populares. E neste campo a situação é ainda mais grave. Minas há que estão fechadas porque a sua exploração não dá lucros aos seus patrões. Os problemas de alojamento são dramáticos e apenas se continua a construir casas para a grande e média burguesia. Uma grande parte da população não tem condições higiénicas de vida. Na indústria electrónica continua-se a montar peças dos Estados Unidos e a comp ar os aparelhos montados, vendidos pelos Estados Unidos. E estes são apenas alguns exemplos de como o trabalho dos técnicos portugueses está a ser aproveitado pelos monopólios e pelo imperialismo contra os interesses do povo português.

É de denunciar já, sem deixar dúvidas no espirito de ninguém que se a situação continuar como está, por muito boa que seja a reforma, o povo português pouco ganhará com isso. E os próprios estudantes também, por ficarem sujeitos a um futuro comprometido num trabalho sem finalidades.

A conclusão de todas estas ideias não é difícil de tirar. Para que a R.G.D.E. seja realmente possível e completa há que empreender uma estratégia anti-monopolista e de independência nacional. E esta perspectiva está já aberta, e claramente aconselhada, no próprio programa do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório.

Assim a participação dos estudantes na realização da reforma do ensino apresenta-se como uma grande tarefa nacional, com aspectos extra-escolares, de alcance e significados muito profundos para o futuro do país. Essa participação torna-se hoje possível e irá corresponder, sem dúvida a uma nova, mais estreita e consciente forma de unidade entre os estudantes e o povo português.

## OS PRINCIPIOS ORIENTADORES DA REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DO ENSINO

Com a queda do fascismo e o ascenso do Movimento Popular de Massas que se deu no nosso país nos últimos tempos, estão abertas condições para realizar a R.G.D.E..

Essa realização, afinal, traduzirá apenas a extensão ao campo do ensino do processo democrático revolucionário que se vive actualmente em Portugal, e corresponde à etapa imediata de transformação do ensino.

Como todas as outras tarefas do momento presente A. R. G. D. E.

será acima de tudo obra da iniciativa das massas populares. Mas nesta tarefa particular terá sempre um papel insubstituível o movimento das massas estudantis e dos professores de todos os graus de ensino, na medida em que contactam directamente com aquilo que é hoje a herança educacional do fascismo e se apercebem nesse contacto dos erros e problemas existentes. Trata-se de uma grande responsabilidades que estes sectores são chamados a tomar, e que a consciência forjada num firme passado de luta anti-fascista não engatardá.

Neste sentido há que procurar com vigilância e sentido objectivo que as medidas legais do Governo Provisório no campo do ensino, venham sempre ao encontro daquilo que de mais profundo há nas necessidades do povo português e daquilo que de mais positivo existe nas manifestações de vontade dos estudantes e professores de todos os graus de ensino.

Finalmente, na sua edificação, a R.G.D.E. reger-se-á pelos seguintes principios orientadores:

#### OBJECTIVO DO ENSINO:

1 - O ensino terá como objectivo a produção e difusão de conhecimentos científicos e técnicos devidamente enquadrados numa visão ideológica democrática que permitam uma intervenção activa e consciente no processo de transformação da sociedade portuguesa. Assim ele contribuirá para a evolução democrática e livre da situação das massas populares do país e para a sua crescente e decisiva intervenção na sociedade portuguesa.

Isto exige a destruição completa de todas as estruturas educacionais criadas pelo fascismo, bem como o combate à submissão do ensino aos interesses dos monopólios e do imperialismo.

#### VIA ESCOLAR ÚNICA

2- O novo sistema deverá ser constituído por uma única via escolar, acabando com a divisão classista actualmente existente entre o ensino técnico-académico para os filhos da burguesia e o ensino prático-pragmático para as classes mais desfavorecidas, dando um passo em frente, decisivo na abolição da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Neste sentido há que proceder à fusão do ensino liceal e técnico-profissional, abolição da diferença entre ensino médio e superior, nacionalização das escolas profissionais privadas, e dissolução dos colégios e laicização de ensino.

#### DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO

3 - Deverá ser assegurada a todas as crianças e jovens a frequência do ensino obrigatório, compreendendo no mínimo o ensino infantil e o ensino primário.

Neste sentido há que criar o ensino infantil gratuito em todos os pontos do país, aumentar a rede das escolas primárias, e institucionalizar a aleitação gratuita, a criação de creches, cantinas e sistemas de transportes.



Medidas estas que deverão ser acompanhadas pela resolução dos problemas económicos das famílias mais pobres já que eles conduzem à utilização de trabalho infantil.

O desnivelamento educacional entre as zonas urbanas e as zonas rurais deve ser rapidamente resolvido pondo fim ao secular analfabetismo e ignorância, com vista a eliminar esta forte base de apoio à reacção e de modo que as populações rurais participem activamente no processo democrático em curso.

4 - O ensino, nos graus superiores, deverá ser frequentado por aqueles que deles mais necessitem para melhorar as suas capacidades de realizar um trabalho socialmente útil, negando-se portanto que o acesso e frequência escolar possam depender das capacidades económicas do aluno ou de critérios distintos do referido anteriormente.

Neste sentido há que institucionalizar como único critério de admissão às escolas a avaliação das potencialidades intelectuais e manuais dos alunos, e criar um sistema de bolsas de estudo que permita realmente assegurar a aplicação integral deste critério.

## CONTEUDO DO ENSINO

5 - O novo ensino, teórico e prático, deve preparar os estudantes para a análise e solução dos problemas que se põem às massas trabalhadoras e ao povo português. Assim a educação dos alunos, deverá constar além de sérios conhecimentos teóricos e técnicos específicos, de uma sólida formação democrática, ideológica e política, capaz de orientar toda a sua intervenção transformadora na sociedade portuguesa. Neste sentido há que trazer a vida real do país, tal como ela existe, para dentro dos programas e da prática escolar, recusando-se portanto a tentação tecnocrática de confundir a ligação à prática com o simples aumento de laboratórios, oficinas ou de trabalhos práticos, que, no entanto, é em muitos casos necessário.

## MÉTODOS DE ENSINO

6 - O ensino deverá procurar o desenvolvimento harmonioso de todas as capacidades físicas, intelectuais e afectivas dos alunos, e, em particular, estimular a sua criatividade, o seu sentido crítico bem como o espírito de trabalho cooperativo.

Neste sentido, a primeira prioridade deve ser dada à formação de professores de todos os graus de ensino, segundo as técnicas pedagógicas mais avançadas e progressivas, enquadradas no novo espírito democrático.

## ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E ESTADO DEMOCRÁTICO

7 - Finalmente, como corolário e garante de tudo o que antecede, deverão imperar relações democráticas em todos os níveis do trabalho escolar e na integração das escolas no conjunto do aparelho de estado.

Neste sentido as escolas terão de ser geridas democraticamente, com participação de todos os que a integram, especialmente estudantes e professores.

## CONCLUSÕES

1 -

1.1 - O derrube do fascismo e o reforço das forças democráticas criaram condições para que se iniciem e concretizem objectivos fundamentais na construção de um novo sistema de ensino com a aplicação de uma REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DE ENSINO.

1.2 - A realização da R.G.D.E. é acima de tudo obra da iniciativa das massas populares. Mas grande responsabilidade cabe ao Movimento das Massas Estudantis e dos Professores, nessa realização.

1.3 - A legislação no campo de ensino deve ir ao encontro daquilo que de mais profundo há nas necessidades do povo português e daquilo que de mais positivo existe nas manifestações de vontade dos estudantes e professores.

1.4 - É indispensável acompanhar a reforma do ensino de uma política anti-monopolista e de independência nacional.

2 - PRINCÍPIOS ORIENTADORES NA EDIFICAÇÃO DA REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DO ENSINO

2.1 - OBJECTIVOS DO ENSINO

O ensino deverá ter como objectivo a produção e difusão de conhecimentos científicos e técnicos devidamente enquadrados numa visão ideológica democrática que permita uma intervenção activa e consciente no processo de transformação da sociedade portuguesa.

2.2 - VIA ESCOLAR ÚNICA

Deve acabar-se com a divisão classista entre um ensino teórico-académico para os filhos da burguesia e um ensino prático-pragmático para as classes mais desfavorecidas.

Deve proceder-se à fusão de ensino liceal e técnico-profissional.

Abolir a diferença entre o ensino médio e superior.

Nacionalizar as escolas profissionais privadas. Dissolver os colégios. Laicizar o ensino.

2.3 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO

2.3.1 - Deve assegurar-se a frequência do ensino obrigatório que compreenda no mínimo o ensino infantil e o ensino primário.

2.3.2 - O ensino nos graus superiores deverá ser frequentado por aqueles que dele mais necessitam para melhorar as capacidades de realizar um trabalho socialmente útil.

Negar-se-á que o acesso e a frequência escolar possam depender das capacidades económicas do aluno.

2.4 - CONTEUDO DO ENSINO

2.4.1 - O novo ensino deve preparar os estudantes para a análise e solução dos problemas que se põem às massas trabalhadoras e ao povo português.

Dos currículos deverão constar além das cadeiras de conteúdo teórico e técnico específico

rico e técnico específicas cadeiras de formação democrática ideológica e política, capaz de orientar a sua intervenção transformadora na sociedade portuguesa.

## 2.5 - METODOS DE ENSINO

O ensino deverá procurar o desenvolvimento harmonioso de todas as capacidades físicas, intelectuais e afectivas dos alunos, estimulando a sua criatividade, o seu sentido crítico bem como o espírito de trabalho cooperativo.

## 2.6 - ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E ESTADO DEMOCRATICO

As escolas deverão ser geridas democraticamente com participação de todos os que a integram, imperando as resoluções democraticas a todos os niveis no trabalho escolar e na integração das escolas no conjunto do aparelho de estado

A DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS  
ESTUDANTES DO INSTITUTO SUPERIOR  
TECNICO